

DVP 2024

Publicado em março de 2025



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://elce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: f7bd5086-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2024

**DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL
CONSOLIDADA**



Anexo 15 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Valores em R\$ - Período: 01/01/2024 até 31/12/2024

Despesa realizada: Empenhada

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|-------------------------|-----------------------|
| 4 | VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA | | |
| 4.1 | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 8.890.387,20 | 5.074.492,65 |
| 4.1.1 | IMPOSTOS | 8.450.621,21 | 4.660.321,71 |
| 4.1.2 | TAXAS | 439.765,99 | 414.170,94 |
| 4.2 | CONTRIBUIÇÕES | 26.110.336,29 | 19.840.599,04 |
| 4.2.1 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 24.677.345,76 | 18.512.324,10 |
| 4.2.3 | CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 1.432.990,53 | 1.328.244,94 |
| 4.3 | EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS | 0,00 | 405.732,80 |
| 4.3.3 | EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 0,00 | 405.732,80 |
| 4.4 | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 1.740.430,44 | 1.412.311,82 |
| 4.4.2 | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 493.497,65 | 1.630,68 |
| 4.4.5 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 1.246.932,79 | 1.416.701,14 |
| 4.5 | TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 256.600.706,40 | 185.536.722,88 |
| 4.5.1 | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 62.693.097,74 | 40.387.338,83 |
| 4.5.2 | TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS | 140.722.715,70 | 100.936.271,59 |
| 4.5.4 | TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | 52.576.813,56 | 43.969.994,50 |
| 4.5.7 | EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA | 608.079,40 | 235.157,96 |
| 4.6 | VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 10.084.389,29 | 6.534.140,27 |
| 4.6.1 | REAVALIAÇÃO DE ATIVOS | 0,00 | 1.016.409,17 |
| 4.6.4 | DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 10.084.389,29 | 5.522.731,10 |
| 4.9 | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 709.644.780,53 | 10.322.759,21 |
| 4.9.7 | REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS | 67.324.402,69 | 262.941,02 |
| 4.9.9 | DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 642.320.377,84 | 10.064.818,19 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) (Nota 1) | | 1.013.071.030,15 | 229.127.708,67 |
| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | Exercício Atual | Exercício Anterior |
| 3 | VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA | | |
| 3.1 | PESSOAL E ENCARGOS | 108.223.352,29 | 93.440.983,75 |
| 3.1.1 | REMUNERAÇÃO A PESSOAL | 82.779.692,02 | 68.010.820,19 |
| 3.1.2 | ENCARGOS PATRONAIS | 25.443.660,27 | 25.430.113,56 |
| 3.2 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 2.481.591,30 | 2.146.425,03 |
| 3.2.2 | PENSÕES | 2.478.551,34 | 2.124.323,45 |
| 3.2.9 | OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 3.039,96 | 16.091,58 |
| 3.3 | USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 118.029.452,06 | 72.195.507,10 |
| 3.3.1 | USO DE MATERIAL DE CONSUMO | 30.877.630,47 | 21.475.493,90 |
| 3.3.2 | SERVIÇOS | 84.959.363,93 | 50.670.782,19 |
| 3.3.3 | DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | 2.192.457,66 | 49.241,01 |
| 3.4 | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS | 4.309,10 | 364,12 |
| 3.4.1 | JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS | 0,00 | 364,12 |
| 3.4.2 | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 4.309,10 | 0,00 |
| 3.5 | TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | 62.826.655,64 | 40.520.034,83 |
| 3.5.1 | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 62.693.097,74 | 40.387.338,83 |
| 3.5.3 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 99.999,90 | 90.000,00 |
| 3.5.5 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | 33.558,00 | 42.696,00 |
| 3.6 | DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 21.456.363,12 | 1.935.738,39 |
| 3.6.1 | REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS | 134.668,20 | 2.159.340,75 |
| 3.6.5 | DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 21.321.694,92 | -223.602,36 |
| 3.7 | TRIBUTÁRIAS | 17.046,10 | 39.956,57 |
| 3.7.1 | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0,00 | 36.570,62 |
| 3.7.2 | CONTRIBUIÇÕES | 17.046,10 | 3.385,95 |
| 3.8 | CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS | 0,00 | 0,00 |
| 3.9 | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 592.880.768,40 | 9.857.695,51 |
| 3.9.1 | PREMIAÇÕES | 0,00 | 338.917,98 |
| 3.9.7 | VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES | 402.380.359,84 | 0,00 |
| 3.9.9 | DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 190.500.408,56 | 9.518.777,53 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) (Nota 2) | | 905.919.538,01 | 220.130.715,30 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO III = (I-II) (Nota 3) | | 107.151.492,14 | 8.996.993,37 |

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Bom Conselho, Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho, Fundo Municipal de Saúde de Bom Conselho, Fundo Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Bom Conselho, Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho, Fundo de Previdência do Município de Bom Conselho, Câmara Municipal de Bom Conselho

JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE:7038520
Assinado de forma digital
por JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:7038520245
2458

João Lucas da Silva Cavalcante
Prefeito

JOCIEDER ARAUJO Assinado de forma
digital por JOCIEDER
MINEIRO:09021399407
ARAUJO
MINEIRO:09021399407

Jociéder Araujo Mineiro
Contador
CRC - 027671/0-4

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXO 15 DA LEI N° 4.320/64 – DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO DE 2024 -

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

1.a. Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Bom Conselho-PE, CNPJ: 11.285.954/0001-04

1.b. Natureza jurídica do órgão ou entidade: 124-4 – Município.

1.c. Domicílio do órgão ou entidade: Rua Vidal de Negreiros, nº 43 – Bairro: Centro – Cidade: Bom Conselho – Pernambuco – CEP: 55.330-000.

1.d. Dados do Gestor Municipal: João Lucas da Silva Cavalcanti – Prefeito.

1.e. Dados do Contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis e notas explicativas:
Jociéder Araújo Mineiro, Contador CRC-PE nº 027671/O-4

1.f. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A natureza jurídica desta Prefeitura Municipal perante a Receita Federal do Brasil está classificada através do código 124-4 “Município” Trata-se de pessoa jurídica de direito público interno, ente dotado de autonomia e integrante da República Federativa do Brasil, previsto nos arts. 1º e 18 da Constituição Federal e no inciso III do art. 41 da Lei nº 10.406, de 07/01/2002 (Código Civil). Desenvolve atividade típica de Estado, pratica atos administrativos típicos e atípicos, celebra contratos administrativos, se sujeita a licitação no desempenho de suas funções. Suas principais atividades e atribuições exercidas pela administração direta e indireta são a administração e supervisão em assuntos fiscais, envolvendo: a administração tributária, a arrecadação de impostos e taxas sobre serviços e a investigação de sonegação, a administração orçamentária, gestão de recursos públicos e da dívida pública, o levantamento e recebimento de dinheiro e controle de seu desembolso, a administração e execução dos serviços de planejamento social e econômico.

1.g. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis:

Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pela portaria STN/MF nº 1.568, de 11 de dezembro de 2023, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 10ª Edição e Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 05. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 23, de 11 de Dezembro de 2023, Portaria Conjunta STN/SRPC nº 22, de 11 de Dezembro de 2023 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP nº “00” Estrutura Conceitual e NBC T nº 11 Apresentação das Demonstrações Contábeis e elaborada de acordo com a IPSAS 35 – Consolidated Financial Statements, editada pelo International Public Sector Accounting Standards Board da International Federation of Accountants (IPSASB/Ifac). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

1.h. Consolidação das demonstrações contábeis abrangendo:

O presente demonstrativo contém os valores do Poder Executivo e do Poder Legislativo Municipal, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes, caso existam e de forma consolidada, conforme relação a seguir:

- 1) Prefeitura Municipal de Bom Conselho (PMBC);
- 2) Câmara Municipal de Vereadores de Bom Conselho (CVBC);
- 3) Fundos Municipal de Saúde de Bom Conselho (FMS);
- 4) Fundo Municipal de Assistência Social de Bom Conselho (FMAS);
- 5) Fundo Municipal de Educação de Bom Conselho (FME);
- 6) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente de Bom Conselho (FUNDECA);
- 7) Fundo de Previdência Própria dos Servidores Municipais de Bom Conselho (FPMBC).

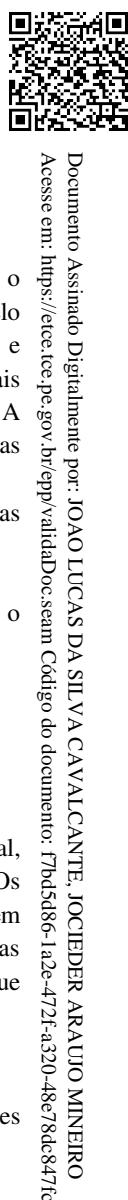
Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: f7bd5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc



MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA

Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: f7bd5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc



2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

2.a. Base de mensuração utilizada:

- Foi utilizado o regime misto nas operações orçamentárias, conforme o art. 35 da Lei nº 4.320/64 e NBCASP, sendo o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas. Foi respeitado o Princípio do Registro pelo Valor Original seguindo como base de mensuração o custo histórico. Em conformidade com a NBC TSP nº 11, e alinhados a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o detalhamento das variações patrimoniais diminutivas (VPD) foram estruturadas por natureza, inexistindo legislação local que estabelece o critério por função. A moeda utilizada pelo município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente.
- Compõe a VPA todas as receitas orçamentárias efetivas arrecadadas pelo município. Compõe a VPD todas as despesas orçamentárias efetivas realizadas pelo município.
- Não houve ganhos ou perdas durante o exercício decorrentes da alienação de ativos ou pagamento de passivos.
- Não houve nenhum registro contábil resultante de empreendimentos de coligadas ou controladas que viesse a utilizar o método da equivalência patrimonial.

2.b. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos.

2.c. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

As políticas seguem os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, explícitos e implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Os lançamentos nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64 e a estrutura das demonstrações contábeis obedeceram às regras estabelecidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 10ª Edição, bem como na NBC TSP 17, que trata sobre Demonstrações Contábeis Consolidadas. Porém não há julgamentos pela aplicação destas políticas.

2.d. Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

2.e. Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

3. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

3.a. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei Federal 4.320/64 - REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS -

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|-----------------|--------------------|
| 4 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA | | |
| 4.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 8.890.387,20 | 5.074.492,65 |
| 4.1.1 IMPOSTOS | 8.450.621,21 | 4.660.321,71 |
| 4.1.2 TAXAS | 439.765,99 | 414.170,94 |
| 4.2 CONTRIBUIÇÕES | 26.110.336,29 | 19.840.549,04 |
| 4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 24.677.345,76 | 18.512.324,10 |
| 4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 1.432.990,53 | 1.328.224,94 |
| 4.3 EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS | 0,00 | 406.732,80 |
| 4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 0,00 | 406.732,80 |
| 4.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 1.740.430,44 | 1.412.311,82 |
| 4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA | 493.497,65 | 1.610,68 |
| 4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 1.246.932,79 | 1.410.701,14 |
| 4.5 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 256.600.706,40 | 185.531.722,88 |
| 4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 62.693.097,74 | 40.387.338,83 |
| 4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS | 140.722.715,70 | 100.939.271,59 |
| 4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | 52.576.813,56 | 43.969.994,50 |
| 4.5.7 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA | 608.079,40 | 235.117,96 |

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: https://www.tce.pe.gov.br/emprestam/ExibirDocumento.asp?cod_documento=7704726122048788477fc

| | | | |
|---|---|-------------------------|-----------------------|
| 4.6 | VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 10.084.389,29 | 6.534.140,27 |
| 4.6.1 | REAVALIAÇÃO DE ATIVOS | 0,00 | 1.011.409,19 |
| 4.6.4 | DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 10.084.389,29 | 5.522.731,10 |
| 4.9 | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 709.644.780,53 | 10.327.759,21 |
| 4.9.7 | REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS | 67.324.402,69 | 262.941,02 |
| 4.9.9 | DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 642.320.377,84 | 10.064.818,19 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I) (Nota 1) | | 1.013.071.030,15 | 229.127.708,67 |

(Nota 1) TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS: As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2024 totalizaram R\$ 1.013.071.030,15.

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|---|-----------------------|-----------------------|
| 3 | VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA | | |
| 3.1 | PESSOAL E ENCARGOS | 108.223.352,29 | 93.440.983,75 |
| 3.1.1 | REMUNERAÇÃO A PESSOAL | 82.779.692,02 | 68.010.870,19 |
| 3.1.2 | ENCARGOS PATRONAIS | 25.443.660,27 | 25.430.113,56 |
| 3.2 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 2.481.591,30 | 2.140.425,03 |
| 3.2.2 | PENSOES | 2.478.551,34 | 2.124.333,45 |
| 3.2.9 | OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 3.039,96 | 16.091,58 |
| 3.3 | USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 118.029.452,06 | 72.195.517,10 |
| 3.3.1 | USO DE MATERIAL DE CONSUMO | 30.877.630,47 | 21.475.493,90 |
| 3.3.2 | SERVIÇOS | 84.959.363,93 | 50.670.782,19 |
| 3.3.3 | DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | 2.192.457,66 | 49.241,01 |
| 3.4 | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS | 4.309,10 | 364,12 |
| 3.4.1 | JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS | 0,00 | 364,12 |
| 3.4.2 | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 4.309,10 | 0,00 |
| 3.5 | TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | 62.826.655,64 | 40.520.034,83 |
| 3.5.1 | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 62.693.097,74 | 40.387.338,83 |
| 3.5.3 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 99.999,90 | 90.000,00 |
| 3.5.5 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | 33.558,00 | 42.696,00 |
| 3.6 | DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 21.456.363,12 | 1.935.738,39 |
| 3.6.1 | REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS | 134.668,20 | 2.159.340,75 |
| 3.6.5 | DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 21.321.694,92 | -223.602,36 |
| 3.7 | TRIBUTÁRIAS | 17.046,10 | 39.956,57 |
| 3.7.1 | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 0,00 | 36.570,62 |
| 3.7.2 | CONTRIBUIÇÕES | 17.046,10 | 3.385,95 |
| 3.8 | CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS, E DOS SERVIÇOS PRESTADOS | 0,00 | 0,00 |
| 3.9 | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 592.880.768,40 | 9.857.695,51 |
| 3.9.1 | PREMIAÇÕES | 0,00 | 338.917,98 |
| 3.9.7 | VDP DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES | 402.380.359,84 | 0,00 |
| 3.9.9 | DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 190.500.408,56 | 9.518.777,53 |
| TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II) (Nota 2) | | 905.919.538,01 | 220.130.715,30 |
| RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO III = (I-II) (Nota 3) | | 107.151.492,14 | 8.996.993,37 |

(Nota 2) TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS: As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2024 totalizaram R\$ 905.919.538,01.

(Nota 3) RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO: O resultado econômico do exercício foi de R\$ 107.151.492,14 (superavitário), o que mostra o quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

4.a. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos:

Não houve durante o exercício, registro de passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos com interferência na DVP.

4.b. Divulgações não financeiras:

Para este demonstrativo não houve durante o exercício, necessidade de divulgação de informações não financeiras decorrentes dos objetivos e políticas de gestão de risco financeiro e pressupostos de estimativas.

4.c. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro:

Não há informações desta natureza.

4.d. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros:

Não houve ajustes decorrentes de omissões e erros de registro que mereçam apontamentos quanto a este demonstrativo.

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



4.e. Demais informações:

Os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa mantidos, mas que não estejam disponíveis para uso imediato por restrições legais ou de controle cambial, estão divulgadas no balanço financeiro, demonstração dos fluxos de caixa e balanço patrimonial, devido está informação não constar na DVP. Da mesma forma, foi dado igual tratamento nas demonstrações citadas, para as informações correlatas a transações de investimentos e financiamentos que não envolvem o uso de caixa e/ou informações relacionadas a ajustes de retenções.

5. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELOS ANEXOS IX E XIII DA RESOLUÇÃO TCE-PE N° 269/2024:

5.a. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis:

O presente demonstrativo atende as exigências do Índice de Consistência Contábil do Tribunal de Contas de Pernambuco. Este Demonstrativo das Variações Patrimoniais – DVP evidencia, de acordo com o art. 104 da Lei nº 4.320/64, as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas pela gestão provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender as demandas da sociedade. A elaboração desta DVP leva em consideração as contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas), a fim de demonstrar as variações quantitativas ocorridas no patrimônio desta entidade. O modelo de elaboração deste demonstrativo foi o analítico. O grupo de contas que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA's são: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria; Contribuições; Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos; Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras; Transferências e Delegações Recebidas; Valores e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos; e Outras Variações Patrimoniais Aumentativas. Já o grupo de contas que compõem as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD's são: Pessoal e Encargos; Benefícios Previdenciários e Assistenciais; Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo; Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras; Transferências e Delegações Concedidas; Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos; Tributárias; e Outras Variações Patrimoniais Diminutivas. O Demonstrativo da Variações Patrimoniais apresenta consistência entre as contas analíticas e as sintéticas das grupos das contas.

5.b. Montante de recebíveis reconhecidos em relação a Receita sem contraprestação (NBC T SP 01 – Item 106):

Não houve registro de receita sem contraprestação durante o exercício em análise.

5.c. Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):

Foi contabilizado o valor de R\$ 983.200,01, relativo à alienação de bens. Os valores foram aplicados em pagamentos previdenciários conforme autorização de Lei Municipal.

6. ITENS MAIS RELEVANTES QUE COMPÕEM AS VPA E VPD:

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (VPA) - 2024 | | |
|--|--|----------------|
| Relevância | Descrição da Natureza da Conta | Valor (R\$) |
| 1º | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 709.644.780,53 |
| 2º | TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 256.600.706,40 |
| 3º | CONTRIBUIÇÕES | 26.110.336,29 |

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD) - 2024 | | |
|---|---|----------------|
| Relevância | Descrição da Natureza da Conta | Valor (R\$) |
| 1º | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 592.880.768,40 |
| 2º | USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 118.029.452,06 |
| 3º | PESSOAL E ENCARGOS | 108.223.352,29 |

7. VPA OU VPD, LANÇADA EM DECORRÊNCIA DE REPASSE MAIOR OU MENOR DO FPM (PORTARIA STN N° 327/2001):

Não houve registro de VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 para repasse a maior ou menor do FPM.

8. CIRCUNSTÂNCIAS QUE DEVEM SER APRESENTADAS AINDA QUE SEUS VALORES NÃO SEJAM RELEVANTES:

8.a. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Até o fechamento deste demonstrativo o setor de patrimônio não disponibilizou ao setor contábil informações que indiquem ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de *impairment*.

8.b. Baixas de investimentos:

Não houve registro de baixas de investimentos durante o exercício.

8.c. Constituição ou reversão de provisões:

Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 0,00 conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas.

9. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO ATUAL E ANTERIOR:

9.a. INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

| INCORPORAÇÃO DE ATIVOS – R\$ | | |
|--|----------------------|---------------------|
| Descrição | 2024 | 2023 |
| Aquisição de estoques | 2.000,05 | 0,00 |
| Aquisição de bens móveis | 3.534.808,22 | 800.062,02 |
| Construção e aquisição de bens imóveis | 8.681.904,73 | 4.442.200,05 |
| Aquisição de títulos e valores | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Outras incorporações de ativos | 0,00 | 159.241,20 |
| Total | 12.218.713,00 | 5.401.503,27 |

9.b. DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

| DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – R\$ | | |
|-------------------------------------|---------------------|-------------------|
| Descrição | 2024 | 2023 |
| Amortização da dívida pública | 1.651.256,69 | 647.815,31 |
| Amortização de precatórios | 0,00 | 0,00 |
| Outras desincorporações de passivos | 0,00 | 0,00 |
| Total | 1.651.256,69 | 647.815,31 |

9.c. INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

| INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS – R\$ | | |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| Descrição | 2024 | 2023 |
| Tomada de empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Outras incorporações de passivos | 0,00 | 0,00 |
| Total | 0,00 | 0,00 |

9.d. DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

| DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS – R\$ | | |
|-----------------------------------|----------------------|---------------------|
| Descrição | 2024 | 2023 |
| Cobrança da dívida ativa | 377.007,28 | 640.151,96 |
| Alienação de estoques | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de bens móveis | 983.200,01 | 0,00 |
| Alienação de bens imóveis | 0,00 | 0,00 |
| Alienação de títulos e valores | 0,00 | 0,00 |
| Recebimento de empréstimos | 0,00 | 0,00 |
| Outras desincorporações de ativos | 9.638.146,15 | 2.234.289,31 |
| Total | 10.998.353,44 | 2.874.441,27 |

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, em sua Parte V, definiu o modelo da DVP para o exercício, onde não constam as variações patrimoniais qualitativas, as mesmas foram detalhadas acima em atendimento a exigência do Anexo XVIII da Resolução TCEPE nº 269/2024 a título de melhoria da qualidade da informação dos usuários.

10. PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015, ATUALIZADA PELAS PORTARIAS MS/STN Nº 10.300, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2022 E STN/MF Nº 1.569, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023:

Para este município estão sendo utilizados os prazos mais restritivos estabelecidos pela Portaria STN nº 548/2015, atualizada pelas portarias MS/STN nº 10.300, de 1º de dezembro de 2022, e STN/MF nº 1.569, de 11 de dezembro de 2023, para cidades acima de 50.000 habitantes.

10.a Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo e demais entidades da administração direta e indireta):

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP | | | | |
|--|---|-----------------------|-------------|----------------|
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 31/12/2017 | Concluído |

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP | | | | |
|--|--|-----------------------|-------------|----------------|
| Ação | 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2021 | Concluído |
| Ação | 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2021 | Concluído |
| Ação | 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2018 | Concluído |
| Ação | 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2020 | Concluído |
| Ação | 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2020 | Concluído |
| Ação | 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura). | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2020 | Concluído |
| Ação | 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: f7bd5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc

| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
|---------|--|-----------------------|--|----------------|
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2023 | Concluído |
| Ação | 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP). | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | A ser definido em ato normativo específico da STN. | Em andamento |
| Ação | 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2020 | Concluído |
| Ação | 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc). | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2018 | Concluído |
| Ação | 12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2016 | Concluído |
| Ação | 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | A ser definido em ato normativo específico da STN. | Concluído |
| Ação | 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2021 | Concluído |
| Ação | 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | A ser definido em ato normativo específico da STN. | Concluído |
| Ação | 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2020 | Concluído |
| Ação | 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2022 | Concluído |
| Ação | 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | A ser definido em ato normativo específico da STN. | Concluído |
| Ação | 20. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios sociais. | | | |

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesso em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: f7bd5d86-1a2e-472f-a320-48e78dc847fc

| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
|-------------|---|-----------------------|-------------|----------------|
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2026 | Em andamento |
| Ação | 21. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos instrumentos financeiros. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2027 | Em andamento |
| Ação | 22. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Arrendamentos. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2028 | Em andamento |
| Ação | 23. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2028 | Em andamento |
| Ação | 24. NBCT SP 07 (R1) - Ativo Imobilizado Propriedade, Planta e Equipamento. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2028 | Em andamento |
| Ação | 25. NBCT SP Estrutura Conceitual (R1). | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2030 | Em andamento |
| Ação | 26. Reconhecimento, mensuração e evidenciação Receita. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2030 | Em andamento |
| Ação | 27. Despesas de Transferência. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | 01/01/2030 | Em andamento |

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP | | | | |
|--|---|-----------------------|-------------|----------------|
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS). | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS EM REGIME ESPECIAL. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS PÚBLICOS. | | | |
| Subaçao | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário da Fazenda | Imediato | Concluído |

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP

MUNICÍPIO DE BOM CONSELHO-PE

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE, JOCIEDER ARAUJO MINEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: f7bd5d86-1a2e-47f2-a320-48e78dc847fc

| Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | | |
|---|---|-----------------------|-------------|----------------|
| Ação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP. | Secretário da Fazenda | Imediato | Concluído |

| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP | | | | |
|---|---|-----------------------|-------------|----------------|
| Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | | |
| Ação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP. | Secretário da Fazenda | Imediato | Concluído |

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:7038520
2458

Assinado de forma digital
por JOAO LUCAS DA SILVA
CAVALCANTE:70385202458

JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:0902139940
7

Assinado de forma digital
por JOCIEDER ARAUJO
MINEIRO:09021399407

JOÃO LUCAS DA SILVA CAVALCANTE
Prefeito

JOCIÉDER ARAÚJO MINEIRO
Contador
CRC-PE Nº 027671/O-4